



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 323 - Maio / 2006

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 050200119-4/2002

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

PENSANDO O BRASIL

Fábio Konder Comparato condena exportação de petróleo e concessão de áreas na Amazônia e pede consulta popular

O jurista Fábio Konder Comparato condenou no último dia 19 de abril, a política do Governo Federal de exportar petróleo durante o ciclo de palestras "Pensando o Brasil", patrocinado pela AEPET e mais sete entidades. Ao expor sobre o tema "Democracia e República", Comparato disse que a verdadeira república é o regime em que o bem público está acima dos interesses particulares. "O petróleo é um bem da nação brasileira e não pode ser apropriado por particulares, assim como as florestas, seja pela delegação de forma direta ou indireta", disse Comparato, referindo-se também à Lei de Gestão das Florestas, que concede arrendamento de terras na Amazônia. O jurista foi o primeiro palestrante de uma lista de 19 destacados especialistas brasileiros que exporão as suas idéias até o dia 14 de setembro.

Durante sua palestra, Comparato disse que, a um quarto de século, o Brasil navega sem rumo. "Existe o ditado: marinheiro sem rumo, nem o vento ajuda", disse o jurista. Sem caminho, lembrou, o País embarcou no discurso de uma sociedade co-

mandada pelo "mercado". "A Globalização é a vanguarda tecnológica que se apropria dos desníveis entre os povos", afirmou. Sob esta ótica, o Estado vem perdendo poder, transferindo suas atividades para o setor privado que, por sua própria natureza, não tem a visão do bem comum, mas do lucro. "Funções estatais passaram para entidades autônomas. As agências reguladoras são cópias das agências norte-americanas e não cumprem a sua função de proteger o consumidor", disse Comparato, lembrando o aumento das tarifas de serviços públicos bem acima da inflação.

O jurista afirmou que o "mercado" está tranqüilo e

não teme nem ação de impeachment do presidente Lula porque o Banco Central é "efetivamente" independente. Com o engessamento da política econômica por decisões autônomas do BC, os banqueiros estão confortáveis numa ação que eles gostam: o pagamento dos juros, mesmo que o principal continue alto. Ele lembrou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu o governo com uma dívida interna de R\$ 60 bilhões e deixou o governo, após oito anos com R\$ 600 bilhões e o governo Lula fechou dezembro de 2005 com uma dívida de R\$ 1 trilhão. "Com a adoção do superávit primário, os banqueiros estão tranqüilos porque sabem que rece-

berão os juros da dívida. O principal continua a ser rolado. Quando trabalhei com um banqueiro, ele me confessou que o melhor para o sistema é o pagamento apenas dos juros".

"Enquanto isso, o governo tem que arrecadar mais impostos que recaem sobre os mais pobres. Setenta por cento deles são regressivos (indiretos), demonstrando que é uma falácia os empresários brasileiros dizerem que os impostos estão sufocando as atividades industriais. É a maior transferência de renda dos pobres para os ricos".

Leia mais: "Projeto Nacional e Organização Social Produtiva" Pág 03



Foto: José Carlos Moutinho

PENSANDO O BRASIL
- Alternativas Políticas -

Patrocinadores:
- CORECON-RJ
- ABI
- AEPET
- ABINDES
- AMBEP
- SINDIPETRO-RJ
- SINDIPETRO-CAXIAS
- CED

Apoio:
- AEERJ
- FEBRAE
- SEAEERJ
- SENGE-RJ
- SINDECON

Local: Associação Brasileira de Imprensa - ABI
Rua Araújo Porto Alegre, 71 / 9º andar - Centro - Rio de Janeiro

Dia 18/05 – "Petróleo e Soberania Nacional", engenheiro Fernando Siqueira.

Dia 25/05 – "Pacto Federativo", governador Roberto Requião.

Dia 01/06 – "Cultura", editor César Benjamim.

Dia 08/06 – "Defesa Nacional", general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa.

Dia 29/06 – "Meio Ambiente", ambientalista Jean Marc Von der Weid.

Dia 06/07 – "Reforma Agrária", economista João Pedro Stédile.

Dia 13/07 – "Saúde Pública", médico José Noronha.

Dia 20/07 – "Economia Política do Pleno Emprego", economista J. Carlos de Assis.

Dia 03/08 – "Brasil no Contexto Mundial", professor Luiz Pinguelli Rosa.

Dia 10/08 – "Uma Visão de Longo Prazo para o Desenvolvimento", professor João Paulo de Almeida Magalhães.

Dia 17/08 – "Uma Macroeconomia para o Desenvolvimento", economista João Sicsú.

Dia 24/08 – "Vulnerabilidade Externa e Desenvolvimento", economista Reinaldo Gonçalves.

Dia 31/08 – "Finanças Públicas para o Desenvolvimento e a Distribuição de Renda", economista Carlos Eduardo Carvalho.

Dia 14/09 – "Balanço e Conclusões", engenheiro Raymundo de Oliveira, economista João Paulo de Almeida, engenheiro Heitor Pereira e o jornalista Maurício Azêdo.

Desde que as multinacionais estrangeiras (Enron, British Gas, Total, Amoco), pressionaram o governo brasileiro para que a Petrobrás construísse o gasoduto Bolívia-Brasil, a fim de viabilizar o mercado brasileiro para suas reservas, a AEPET se posicionou contra o projeto devido às condições adversas impostas à Petrobrás (cláusula leonina “take or pay”, risco cambial e obrigação de comprar a energia elétrica gerada pelas termelétricas). Venceram os grupos econômicos e os governos Itamar e Fernando Henrique decidiram viabilizar o gasoduto, apesar de parecer contrário de técnicos e do diretor da Petrobrás, José M. Sobrinho, demitido por FHC. A cláusula “take or pay” obrigava a Petrobrás a pagar por um volume contratado de gás mesmo não tendo consumo. Ela chegou a pagar por 24 milhões de m³ por dia ao tempo em que importava apenas 12 milhões, com sérios prejuízos à Petrobrás. Por conta de uma tresloucada política de internacionalização, a Petrobrás foi instada a comprar velhas refinarias bolivianas.

Para a AEPET, o retorno econômico para a companhia seria muito maior se investisse nas bacias brasileiras ao invés de devolver áreas de alto potencial para a ANP. A decisão soberana do governo Evo Morales em nacionalizar as suas reservas estratégicas tem muito menos impacto para a Petrobrás e para o Brasil do que o projeto de Lei 226, do Senador Tourinho, em tramitação no Senado, o qual expropria os dutos de óleo e gás construídos pela Petrobrás, para entregá-los à ANP que os repassará para as empresas estrangeiras. O Brasil-Bolívia iria para a British/Shell. O decreto de Morales só ganhou manchetes porque os EUA não querem que os demais países sul-americanos aprendam a defender os interesses dos seus povos.

1 – ATENÇÃO !!! - AMA - Lembramos que as carteirinhas têm prazo de validade e que se você não apanha-las estará perdendo o prazo de utilização. Já temos credenciados em todo o Estado do Rio de Janeiro.

2 – NOVOS SÓCIOS - Foram aprovados os nomes dos seguintes novos sócios: **Marlon José dos Santos, Wagner Leonardo de S. Teixeira, Jailson José Galvão, Luciano R. da Silva, Ramiro de M. Florence (aposentado)** - Aos novos associados os votos de boas vindas. Quanto maior for a AEPET, mais força teremos nas nossas reivindicações. Venha para a AEPET !

3 – AÇÕES DOS 5% - O Dr. Paulo Henrique, advogado da AEPET, está com a nova ação pronta para dar entrada na Justiça do Trabalho, reivindicando os mesmos níveis dados ao pessoal da ativa, constantes nos ACT 2004 – 2005 e 2005 – 2006 para aposentados e pensionistas

4 – COMPRA DE MEDICAMENTOS COM DESCONTO - Os sócios estão aderindo ao plano de compra de medicamentos com desconto. Este plano é nacional. ou seja, vale em qualquer estado do Brasil. Para conferir a lista de farmácias em seu estado ou bairro, bem como a lista de medicamentos com desconto, acesse: www.canadaassist.com.br e procure na aba Farmácias. Para participar basta preencher o formulário próprio indicando a opção escolhida e enviá-lo à AEPET. Para obtê-lo basta entrar em contato com a AEPET.

6 – VIAGENS E PASSEIOS COM DESCONTO - Para saber sobre a programação dos passeios para maio entre em contato com nosso agente Antonio Mauro Lobo (2552-9169 / 9971-2372/ 2553-4370) que lhes enviará gratuitamente toda a programação mensal.

7 – PLANO DE GRANDE RISCO - A AEPET recebeu a nova proposta para o Plano de Grande Risco (Hospitalar, Cirurgia) que visa ao atendimento destes casos. As tabelas e condições para uso deste plano serão divulgadas em breve.

8 – UTI MOVEI DOMICILIAR - As negociações para implantação do Plano de UTI Movei Domiciliar já foram feitas. O valor inicial, proposto para o plano pela Vida, é de R\$ 13,00 por pessoa, por mês, para os associados da AEPET e seus dependentes. Em virtude de não sabermos o número de adesões a este plano, ainda não podemos negociar um valor menor. No portal da AEPET estamos fazendo uma pesquisa para avaliar quantas pessoas adeririam ao plano. Os interessados devem enviar uma mensagem informando quantas pessoas da sua família poderiam aderir. Isto nos ajudará a reduzir o valor do plano.

Informações pelo telefone (21) 2533-1110 com Ivana ou pelos correios eletrônicos: dir.pessoal@aepet.org.br ou jur@aepet.org.br.

Expediente

AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134

Presidente: Heitor Manoel Pereira
Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho
Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes
Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma
Cultural: Sílvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo
Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamilcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macacá:** José B. M. Leite Netto / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto - **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz - **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho - **Pernambuco:** Adelman José Leão Brasil - **Brasília:** Velocino Lourenço Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTb nº 15.562)
Reportagem: José C. Moutinho
Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com
Arte: Thereza Costa e Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira/Thereza Costa

Impressão: Gráfica da Tribuna da Imprensa

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Tiragem: 25 mil exemplares

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

**PETROS:
NÃO ASSINE NADA SEM CONSULTAR SUA ENTIDADE**

Pedro Carvalho

A Petrobrás acaba de lançar um novo Plano de Previdência Complementar que envolve mudanças, tanto para os empregados ativos (antigos e novos) quanto para os aposentados e pensionistas (assistidos).

Reparem que, no texto (informativo 10 do Recursos Humanos da companhia), a Petrobrás “oferece” algumas “vantagens” em troca da **Repactuação do Regulamento**

do Plano Petros. Isto quer dizer que você ou migre ou não **tem que fazer um novo contrato com a Petros** para que a Petrobrás pague o que deve ao Plano Petros !!

Repactuar quer dizer fazer um novo pacto, ou seja, abrir mão do artigo 41 que mantém o vínculo entre as remunerações dos aposentados e dos ativos.

Ao repactuar o contrato com

a Petros você romperá o vínculo entre sua aposentadoria e o salário da ativa.

Pior que isto, como a AMS só é dada aos aposentados, pensionistas e seus dependentes através de cláusula do ACT (acordo coletivo de trabalho) celebrado anualmente, se você rompe o vínculo com o pessoal da ativa pode perder também a AMS!

SINDIPETRO DO LITORAL PAULISTA REJEITA INTEFERÊNCIA DA FUP

A diretoria eleita do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista encaminhou uma correspondência à Federação Única dos Petroleiros (FUP), com cópias à Petrobrás e à Petros informando que a FUP não está mais autorizada a negociar em nome de sua base as questões que envolvam modalidade do fundo de pensão da Petros, bem co-

mo o novo plano de cargos e salários. A decisão unânime da diretoria foi respaldada na eleição da nova diretoria, que considera grave as questões em discussão sobre o Plano Petros por atingir diretamente o futuro dos beneficiários. **“NÃO DAMOS A NOSSA AUTORIZAÇÃO E DA NOSSA PRÓPRIA BASE**, para a Federação Única

dos Petroleiros negociar, em nome da nossa base, com a Petrobrás a aceitação de qualquer plano de previdência que não seja o nosso “Plano Petros de Benefício Definido”, informou Waldomiro dos Santos Pereira, coordenador da Diretoria Eleita no triênio 2006/2009.

**Mais sobre Petros
na pág 04**



VIVA O POVO BRASILEIRO!

Carlos Lessa exalta a criatividade dos mais pobres e critica a elite pelo crescimento pífio do País

O que une a experiência da Bolívia à brasileira? Foi desta forma que o economista Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, iniciou sua palestra “Projeto Nacional e Organização Social Produtiva”, no dia 27 de abril, no auditório da ABI, sendo o segundo orador do ciclo de palestras “Pensando o Brasil”. Na abertura, o presidente da AEPET, Heitor Pereira, disse que a promoção do evento tem o objetivo de chegar a um projeto nacional para evitar que a discussão política na eleição de outubro seja “quem roubou mais e quem roubou menos”. Lessa não deixou dúvida que a culpa pela falta de um projeto nacional é da elite brasileira e nos comparou com a experiência da Bolívia. Segundo ele, os bolivianos tinham um eldorado em ouro e prata subtraídos pelos castelhanos, assim como três famílias subtraíram as riquezas do país, através do controle mundial de estanho que levou a elite a comprar refinarias na Inglaterra e na Malásia. O que virou a Bolívia até o passado recente com o saque da elite boliviana: uma sociedade sem Estado-nação, dominada por caudilhos, e com fama de um país “que trocava de presidentes como se troca de camisa”. Por esta lógica, Lessa chamou a atenção para a necessidade de um projeto nacional a fim de que o Brasil não desperdice os seus recursos naturais estratégicos e mantenha a estabilidade política. Ele disse, no entanto, que a elite brasileira não estará dentro deste projeto porque se antes desprezava o povo, tinha como prioridade o desenvolvimento brasileiro. “Agora continuam desprezando o povo e não tem mais a meta do desenvolvimentismo”, disse ele.

Lessa culpou a mentalidade de rentista que tomou conta da elite brasileira e da submissão ao capital estrangeiro proveniente da ideologia neoliberal. “A elite leva o seu dinheiro para o Caribe e depois traz este dinheiro ao Brasil para aplicar nos mais altos juros reais do mundo. Com esta lógica, qual a razão de querer investir no setor produtivo ou pressionar pela queda

das altas taxas de juros?”, perguntou. “Pelo lado do sistema financeiro brasileiro, essa elite também não quer a baixa dos juros porque é o que mais está lucrando no mundo”, acrescentou. Dentro desta realidade, assinalou Lessa, o País cresce devido à sua dimensão continental. Outro aspecto, levantado pelo economista, é a mentalidade de “globalização” adotada pela elite brasileira. “Desde D. Pedro II a Antártica e a Brahma receberam incentivo do Governo Federal. Só no BNDES foram 2 mil operações de financiamento desde 1980. Depois da fusão das duas companhias transformando-se na Ambev, os três controladores decidiram em 2004 se tornarem belgas, passando a ser acionistas minoritários da Interbrew, para receber as faturas em euros e não mais em reais. É o que chamo de betificação”, disse Lessa.

Essa “internacionalização” contaminou outros segmentos e hoje a Gerdau, que tem uma fundação em Amsterdã, produz mais fora do Brasil do que internamente. A Companhia Vale do Rio Doce sonha em lançar ações ADRs em Wall Street e a Companhia Siderúrgica Nacional deseja ser adquirida por grupos transnacionais. A saída, segundo Lessa, é o olhar da contraelite para um segmento que vem crescendo no País: os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e a experiência da economia solidária. Lessa disse que nunca acreditou na visão de Marx, a de que os proletariados se conscientizariam da exploração capitalista e assumiriam o poder. “Quem é proletariado hoje: o metalúrgico do ABC ou os artesões que reparam as peças dos automóveis na beira da estrada? O flane-



Foto: Alessandra Bandeira

linha que suborna o PM para utilizar o espaço público? A crecheira do morro que toma conta dos filhos das mulheres da comunidade para que elas possam trabalhar?”, perguntou. Por isso, alertou, escolheu o nome da palestra de “Projeto Nacional e Organização Social Produtiva” porque o projeto de Brasil passa pela organização dos novos setores produtivos. Segundo ele, um dos exemplos é a estrutura montada em Nova Serrana, Minas Gerais. “Esses mineiros começaram falsificando os tênis da marca Nike e Adidas. Eles criaram um processo de produção pelo qual dominaram todas as técnicas de fabricação. Acabaram criando uma marca própria com certificação do produto, catálogo trilingue e exportam hoje para o mundo. São 700 empresas que representam 51% das vendas de calçados esportivos no País”, disse. A mesma experiência está ocorrendo em Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, onde está montado

um pólo de moda íntima com fatia de 25% do mercado nacional. “O povo brasileiro é muito criativo. Uma vez fui a uma festa e lá estava um guardador de automóveis, que me pediu a chave para estacionar o carro. Me deu uma senha com um número para devolver o automóvel. Tudo foi correto. Em outra ocasião, em outra parte da cidade, lá estava o mesmo guardador. Eu perguntei onde atuava e ele me contou que faz parte de um grupo que cataloga as festas e reuniões na cidade para vender esse serviço sofisticado”, disse Lessa. Segundo ele, os prefeitos já estão percebendo a importância econômica das festas populares. “Na passagem do ano três milhões de pessoas se reúnem em Copacabana para se despedir do ano ruim e esperar pelo ano duvidoso. Comem, bebem e a violência é zero. Isto ocorre numa cidade onde a polícia não serve para nada e o sistema de transporte é precário”, lembrou Lessa.

Promotores do Ciclo de Palestras Pensando o Brasil:

LIVROS A VENDA



Por
Eloá dos Santos
Cruz
R\$ 20,00



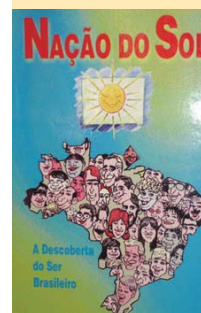
Por
Rui Nogueira
R\$ 35,00



Por
Armindo
ABreu
R\$ 66,00



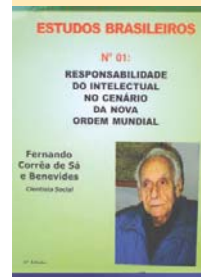
Por
Mário A.
Jakobskind
R\$ 20,00



Por
Rui
Nogueira
R\$ 20,00



Por
Francisco
Soriano
R\$ 25,00



Por
Fernando
Benevides
R\$ 10,00

OUÇA
DIARIAMENTE



ACESSE:



Acesse: www.aepet.org.br

AEPET reformulou o seu portal. Além de mais dinamismo na página e diagramação para melhor aproveitamento de fotos, os leitores podem participar da enquetes. É só entrar em nossa página. (www.aepet.org.br)

ERRATA



Na reportagem sobre o Comitê pela anulação da venda da Vale do Rio Doce (edição 322), erramos ao escrever que o deputado Alessandro Calazans fazia parte do grupo. O correto é o deputado **Alessandro Molon (foto)**.

4 AEPET Notícias



PRESENTE DE GREGO

REPACTUAÇÃO DA PETROS PODE LEVAR A PERDA DE DIREITOS ADQUIRIDOS

Lideranças de petroleiros de diversos estados participaram da reunião do CDPP - Comitê de Defesa dos Participantes da Petros, no dia 27/04, na sede da AEPET, na qual avaliaram as recentes propostas de mudanças no Plano Petros feitas pela principal patrocinadora, a Petrobrás. A reunião decidiu pela implementação de um calendário de lutas em defesa do modelo Benefício Definido (BD) da Petros como política fundamental para a manutenção do Sistema Petrobrás, importante propulsor da economia nacional. Para as lideranças, as pressões por mudanças no plano vêm de *Wall Street*, onde se encontram os mais de 40% de acionistas da Petrobrás desnacionalizada, com um foco financista. Por isso, as pressões, com o beneplácito do Governo Federal, por mudanças na Petros e imposição do Plano Petros 2.

A Petrobrás, em seu informativo nº 11, tornou público novas propostas. A AEPET e demais entidades que compõem o CDPP decidiram editar um informativo periódico esclarecendo os participantes da Petros sobre os

perigos embutidos em tais propostas que a companhia quer impor no chamado Plano Petros 2. Como parte de sua estratégia, a Petrobrás apresentou suas novas propostas, novamente com "incentivos" financeiros à migração, que mais parece um presente de grego.

As lideranças conclamaram os aposentados, participantes da Petros, a não aceitarem as propostas da Petrobrás, constantes do seu informativo nº 11. No que se refere a **repacktuação do regulamento da Petros**, as lideranças alertaram que ela significará perdas de direitos adquiridos. Os diversos oradores afirmaram que, ao participante aceitar a repactuação, ele terá que assinar um novo contrato com vigência após as publicações das Leis Complementares 108 e 109, que regulamentaram a Emenda Constitucional nº 20. Isto significa abdicção expressa dos direitos adquiridos constantes do contrato anterior.

Com o objetivo de tornar palatável sua proposta de repactuação, a Petrobrás afirma em seu informativo nº 11 a respeito

dos aposentados: "Deverão repactuar o regulamento do Plano Petros e permanecerão neste plano. Também haverá a oferta de valor monetário, a ser negociado. Ressalte-se que a AMS está garantida no Acordo Coletivo de Trabalho e não terá impacto com a repactuação do regulamento".

Para as lideranças trata-se de uma falácia, uma armadilha, através de "oferta de valor monetário", da companhia em afirmar que a AMS não será afetada, pois está garantida no ACT. Os petroleiros ressaltaram que a AMS pode vir a ser derrubada em futuros ACTs, pois são contratados de trabalhos anuais, não leis permanentes como quer fazer crer a companhia. "A AMS não vale para sempre. Não é uma verdade a Petrobrás afirmar que a AMS está garantida no ACT. Nada que está no ACT é eterno, senão precisávamos fazer acordos coletivos, que são anuais", ressaltou o conselheiro da Petros, Paulo T. Brandão.

Não caia na tentação de aceitar a repactuação - A AEPET e demais entidades que compõem o CDPP conclamam

a todos os aposentados a não aceitarem a repactuação. A sugestão é que, antes de qualquer decisão, eles devem entrar em contato com as entidades e lideranças de petroleiros para obterem maiores informações sobre as solertes propostas da Petrobrás. A AEPET está à disposição dos ativos e aposentados e passará a emitir periodicamente informativos para esclarecer os diversos itens propostos pela Petrobrás na sua pretensão de mudar o Plano Petros 2, que agora recebeu uma nova nomenclatura: Contribuição Variável (CV), mas o mesmo amaldiçoado CD.

A AEPET informará também sobre o pretendido Petros 2, a questão do déficit artificial da Petros, a situação das contribuições, a situação dos novos e dos sem plano, proteção contra riscos previdenciários, opção por renda vitalícia, garantia de benefício mínimo, entre outras propostas de mudanças pela Petrobrás, além da repactuação, que voltaremos a abordar.

José Carlos Moutinho

Justificativa de Voto da AEPET na AGO e na AGE da Petrobrás



A AGE e a AGO foram realizadas em 03/04/2006



A AEPET, acionista minoritária da Petrobrás, apresentou o seu voto na Assembléia Geral Ordinária (AGO) da Petrobrás, realizada no mês passado. Segundo a entidade, a aquisição pela companhia de 50% da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, noticiada pela imprensa, poderia ser comercialmente vantajosa, mas o grande erro está na premissa de que se deva exportar o petróleo brasileiro porque esta política "encurtará a vida da Petrobrás".

O presidente da AEPET, Heitor Pereira, lembrou que, em face da exportação, a curva nacional de produção deverá ser su-

perada pela da demanda em menos de 10 anos, o que levará o País à incômoda posição de país importador no momento em que o preço do barril de petróleo estará acima de US\$ 100/barril.

Sobre a troca de ativos da Petrobrás com a Repsol/YPF, a AEPET voltou a manifestar a preocupação em relação aos fortes indícios de que a Repsol permanece, desde o início de 2002, inadimplente em seus compromissos financeiros, assumidos, quando da assinatura do protocolo de troca de ativos entre ela e a Petrobrás. Heitor Pereira disse que a companhia publicou um informativo (Fato Re-

levante) em dezembro de 2005, no qual declara que negociou com a Repsol o acerto final não sujeito a revisão ou verificação por qualquer das partes. Por isso, a multinacional estrangeira pagará à Petrobrás a quantia de US\$ 82 milhões, valor muito baixo se levar em consideração que, na época da troca de ativos, a Petrobrás declarou no seu balanço uma perda de R\$ 792 milhões ou US\$ 330 milhões ao câmbio da época.

A AEPET também demonstrou preocupação com a situação do Plano Petros, no qual empregados novos estão ilegalmente impedidos de entrar no plano e

afirmou que a pendência se deve à ingerência internacional nos assuntos da empresa. Acionistas de Wall Street (49,5%) não querem compromissos da Petrobrás para com seus empregados.

A AEPET criticou a negociação das ações na Bolsa de Nova York porque cerca de 40% do patrimônio da companhia força uma "dolarização" do seu lucro. Em consequência há a remessa anual de lucros para o exterior na mesma proporção, por meio de dividendos.

(Leia a íntegra do voto em www.aepet.org.br)